

SEU DINHEIRO

A HORA DO ATAQUE À DÍVIDA EXTERNA

Celso Ming

Completados seus primeiros seis meses, o Plano Collor aponta duas fontes de incerteza, que pairam sobre o futuro da economia. A primeira delas é a inércia inflacionária, essa retinente disposição que temos, todos nós brasileiros, de reajustar automaticamente preços, salários e outros valores pela inflação passada ou por um número qualquer que esperamos seja a inflação futura.

A segunda grande incerteza são os efeitos sobre a economia causados pelos compromissos com a dívida externa.

Criam incerteza e insegurança na medida em que continuam puxando a alta dos preços a níveis superiores a 10% ao mês e, nessas condições não é mesmo possível ir muito longe porque não há condições de estabilidade e de ordem na economia com uma inflação dessas proporções, mesmo para padrões brasileiros. Em outras palavras, ou o governo ataca de uma vez esses problemas ou, mais cedo do que tarde, será vítima de sérias crises.

O primeiro problema vai ser enfrentado pelo governo por meio da amarração de um entendimento social. Esse jogo terá que ser liderado pelo próprio presidente da República e por mais ninguém. E só vai tomar força depois de 3 de outubro, quando os mapas eleitorais deixarem claro quem terá ou não cãibra política no País.

Dívida e déficit

O ataque ao problema da dívida externa começou em julho último, no dia em que a equipe técnica do Fundo Monetário Internacional desembarcou em Brasília para negociar um novo programa de ajuste da economia. E vai intensificar-se agora que o governo brasileiro prepara-se para negociar com o Clube de Paris, o organismo que incorpora os credores oficiais, e com os bancos privados estrangeiros. É essa questão que convém examinar mais a fundo.

Ao contrário do que muita gente ainda afirma, a dívida externa não é o maior problema da economia brasileira. O maior problema foi e continua sendo a desordem interna. Mas não dá para negar que uma boa parcela da desordem interna foi e está sendo causada pela dívida externa. A dívida interna, por exemplo, com todas as suas seqüelas, es-

em grande parte, contrapartida da dívida externa. Fácil entender por que: Mais de 80% da dívida externa foi contratada pelas empresas estatais, portanto, pelo setor público. No entanto, os dólares necessários para o pagamento dos juros e do principal da dívida externa são gerados pelos exportadores, portanto, pelo setor privado. Daí porque foi necessário criar um mecanismo de transferência desses dólares do setor privado para o setor público para que o governo pudesse honrar seus compromissos externos. Esse mecanismo foi a emissão de títulos públicos e seu principal instrumento de liquidez, o overnight.

Como a dívida é déficit acumulado e como o déficit público é e continua sendo a principal causa da inflação brasileira, fica nítida a conexão entre dívida externa e inflação e, portanto, com a desordem da casa. Por aí, também, aparece clara a importância da privatização, não

apenas como instrumento de racionalidade administrativa mas, principalmente, como instrumento de privatização da dívida externa. Explicando melhor: na medida em que as siderúrgicas, a Sunamam e outras mega-devedoras passarem para controle privado, o governo não será mais obrigado a despejar cruzeiros no mercado para compra de dólares destinados ao pagamento dos encargos das dívidas dessas empresas. Com isso, ficaria neutralizado o impacto inflacionário daí proveniente.

Trunfos

O governo retoma a negociação da dívida externa com alguns trunfos novos e com algumas fragilidades. O principal trunfo de que dispõe é, sem dúvida, o serviço já mostrado no saneamento da economia até aqui. O segundo é o acordo já fechado com o Fundo Monetário Internacional, embora ainda falte a sacramentação da carta de intenções, marcada para início de outubro. Se a política econômica bra-

sileira tem agora o aval do Fundo, não deverão sobrar muitos argumentos se os bancos se meterem a forçar demais a barra nas negociações e exigirem um cronograma de desembolsos superior à capacidade de pagamento da economia brasileira.

O terceiro trunfo é mais político do que propriamente técnico: é a nova disposição, que se identifica no miolo do governo norte-americano, de favorecer a expansão do comércio em lugar de privilegiar o reembolso dos bancos. Mas esse ponto merece um pouco mais de compreensão. É que, em 1982, quando o Brasil, o México, a Argentina e outros países altamente endividados reconheceram que estavam quebrados, a primeira preocupação dos governos dos países industrializados foi a de proteger os bancos internacionais contra um calote em cadeia e, portanto, contra a possibilidade de uma quebra generalizada, o que colocaria em ris-

co todo o sistema financeiro internacional. Por isso, a decisão foi a de obrigar os países endividados a comprimir suas importações de maneira a que sobrassem dólares para o pagamento dos juros da dívida externa. De lá para cá, o rombo na conta de comércio dos Estados Unidos foi aumentando e, por aí, fortalecendo-se os interesses dos vendedores norte-americanos. E, cada vez mais, o governo dos Estados Unidos tornou-se sensível à argumentação de que a política de proteção aos banqueiros é responsável pela perda crescente de negócios com os endividados. Segundo levantamentos recentes do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, somente com exportações não realizadas para a América Latina, os exportadores norte-americanos perderam cerca de 100 bilhões de dólares, entre 1982 e 1990. A partir daí, dá para esperar, também, que os banqueiros não contem mais com a mesma proteção políti-

ca que os favoreceu na década de 80.

Quebra de braço

Entre as maiores fragilidades do governo brasileiro nessa nova rodada de quebra de braço com seus credores está o fato de que a inflação ainda não foi subjugada e que, portanto, a política econômica não pode ser ainda considerada confiável. Mas aí, o acordo com o Fundo pode servir de uma boa ajuda. Além do mais, o governo brasileiro já afiou o argumento mais importante a ser usado nas negociações com os credores: não vai ser possível desembolsar recursos além dos disponíveis para o pagamento dos juros da dívida externa porque isso implicaria emissão de moeda e, portanto, mais inflação e mais desordem econômica, na medida em que o Central seria obrigado a comprar mais dólares no mercado interno sem dispor de reservas orçamentárias para isso. Os banqueiros têm uma resposta engatilhada para esse argumento: que o governo brasileiro corte ainda mais suas despesas ou aumente sua arrecadação para que haja superavit orçamentário suficiente para honrar seus compromissos.

Não se pode ignorar, também, que os banqueiros estão em falta com seus acionistas. Já vinham sendo cobrados pelos negócios catastróficos com países latino-americanos e com o amadorismo com que adiantaram dinheiro para viabilizar fusões e incorporações de empresas na segunda metade dos anos 80. Por isso, tudo farão para agora tirar parte do seu atraso e defender seus cargos nas próximas assembleias de acionistas.

De todo modo, esta é a situação em que o governo brasileiro parte para suas negociações com os credores com o maior poder de barganha desde 1982.

